



**CARACTERÍSTICAS DAS
SOCIEDADES
DE FRONTEIRA**



realização:



IDESF
Instituto de Desenvolvimento
Econômico e Social de Fronteiras



Características das Sociedades de Fronteira

O desenvolvimento de uma sociedade é fruto do movimento de diferentes forças que atuam sobre diferentes estruturas: políticas, econômicas, sociais, entre outras, que moldam a forma de atuação daquela sociedade. Assim, por exemplo, em espaços urbanos de alta criminalidade o conjunto destas forças já se encontra deturpado. A política, a economia e a sociedade convivem e desenvolvem planejamentos de acordo com a necessidade de proteção contra a violência instituída, motivo pelo qual a sociedade acaba sendo moldada para viver dentro deste espaço vinculado ao conflito diário e permanente. Portanto, mesmo que parte daquela sociedade não atue e nem concorde com tal forma de convívio, normalmente não possui condições para mudar estes “status quo”, nem mesmo transferir-se para outros espaços públicos com melhor qualidade de vida. Neste contexto a sociedade é apenas um retrato da ação das forças que agem e atuam no espaço que lhe é destinada.

Quando se trata de sociedades que habitam as fronteiras do país, novos valores acabam sendo inseridos, tendo em vista diferentes forças de ação que emanam de sociedades lindeiras, externas ao território nacional. Neste sentido, tentar compreender a estrutura de desenvolvimento destes povos, torna-se ainda mais complexa, uma vez que as políticas ali desenvolvidas perpassam as fronteiras físicas, atingindo as populações vizinhas, muitas vezes sem um controle efetivo e eficiente das ações desenvolvidas para o alcance dos objetivos propostos. Este emaranhado de culturas faz com que as zonas de fronteiras se transformem em verdadeiras “Torres de Babel”, onde o grande desafio é fazer com que todas estas diferenças convivam harmoniosamente,

cumprindo as normas e leis estabelecidas pelas governanças dos territórios onde vivem e convivem.

Assim, as políticas desenvolvidas a nível nacional, podem não atender as necessidades das populações situadas nas regiões de fronteira, sendo necessárias políticas específicas para o desenvolvimento daquelas regiões, aproveitando intensivamente os potenciais, singularidades e as características que tais espaços apresentam, e principalmente respeitando e atendendo as diferenças nelas encontradas.

Para que haja uma formatação coerente de políticas diferenciadas que atendam às fronteiras é fundamental que se tenha um conhecimento profundo da realidade física, política, econômica e social. É necessário fazer um "raio X" e analisar todas as variáveis que possam mostrar o quanto e como está ocorrendo a evolução ou o retrocesso, não apenas como um retrato eventual de tempos em tempos, mas sim de séries históricas que apontem o quanto determinadas variáveis melhoraram ao longo do tempo, pela auto alimentação indutora do desenvolvimento, ou perderam sua importância pela falta de políticas públicas específicas para tal fim.

É neste sentido que o IDESF em parceria com a EGOPE iniciou ainda em 2014, um processo de estudos e análises das características populacionais e de desenvolvimento dos povos das fronteiras, especialmente da população residente nas cidades gêmeas, com o objetivo de que estes estudos sejam utilizados como ferramentas que auxiliem na construção de Políticas Públicas específicas e adequadas às carências de cada região, respeitando suas particularidades e, principalmente, atendendo suas necessidades.

Agora, com o aprofundamento dos dados e da análise, vamos em busca das séries temporais que moldam as principais variáveis do desenvolvimento. Para tanto o estudo que demonstraremos a seguir tratará especificamente dos quatro pilares do desenvolvimento: Educação, Saúde, Segurança e Economia & Trabalho. Dentro de cada setor serão analisados seus principais indicadores, em séries históricas, que tiveram seu início no ano de 2008, com o objetivo de mensurar o desenvolvimento real destas regiões.

Tomamos como delimitação geográfica para o presente estudo 30 cidades gêmeas brasileiras, que são elas: Guajará-mirim /MT, Brasiléia/AC, Assis Brasil/AC, Epitaciolândia/AC, Santa Rosa do Purus/AC, Tabatinga/AM, Bonfim/RR, Pacaraima/RR, Oiapoque/AP, Barracão/PR, Foz do Iguaçu/PR, Guaíba/PR, Dionísio Cerqueira/SC, Aceguá/RS, Barra do Quaraí/RS, Chui/RS, Itaqui/RS, Jaguarão/RS, Porto Xavier/RS, Quaraí/RS, Santana do Livramento/RS, São Borja/RS, Uruguai/RS, Bela Vista/MS, Coronel Sapucaia/MS, Corumbá/MS, Mundo Novo/MS, Paranhos/MS, Ponta Porã/MS e Porto Murtinho/MS. Os indicadores destas cidades foram comparados com os indicadores de Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro e do Brasil.

ESTRUTURA EDUCACIONAL

"A Constituição Federal de 1988 definiu que a educação é direito de todos, para que esse direito seja alcançado, a sociedade brasileira vem se organizando a fim de que cada brasileiro, independente do sexo, orientação sexual, identidade, gênero, raça, cor, credo religioso, idade, classe social e localização geográfica, tenha acesso à educação pública, gratuita e de qualidade em todos os níveis, etapas e modalidades.

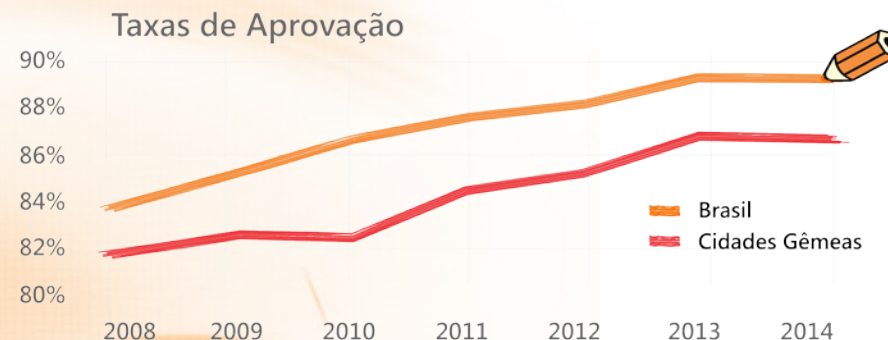
Esse processo tem desencadeado um conjunto de ações que tem feito com que o Brasil venha alcançando, nas últimas décadas, avanços significativos na oferta e expansão da educação. No entanto é preciso avançar muito mais para que todos tenham acesso à educação básica e superior, especialmente quando levamos em conta as diferentes etapas e modalidades e como esse acesso vem acontecendo nas diferentes regiões.

Desta maneira, saber como a oferta da educação vem se dando no País é muito importante para que possamos corrigir as assimetrias regionais, garantindo educação de qualidade, socialmente referenciada como um direito de todos". (Fórum Nacional de Educação, Brasília, 2013).

APROVEITAMENTO ESCOLAR

Níveis de aprovação no ensino fundamental

De modo geral, os índices de aprovação do alunado no ensino fundamental das cidades gêmeas vêm crescendo ao longo do tempo, considerando a série a partir de 2008.



Entretanto é preciso observar que o crescimento não se mostra presente ao final do período, em 2014, quando se observa uma rápida redução desta taxa, mas ainda superior à média do período.

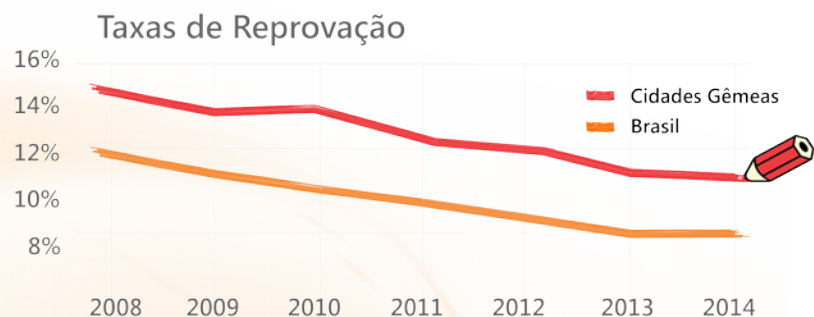
Entre os municípios, individualmente se destacam Dionísio Cerqueira/SC e Porto Xavier/RS que apresentam as maiores taxas de aprovação em 2014, atingindo 93,4% do aluno, seguido de perto por Brasília/AC, Epitaciolândia/AC e Barracão/PR, todos com taxas de 93% ou superior. No outro extremo aparece o município de Paranhos/MS com a menor taxa (71,9%).

Ao ser avaliada a média de aprovações ao longo do período, aparece Barracão/PR, Dionísio Cerqueira/SC e Brasília/AC, pela ordem, como os municípios de maior taxa média de aprovação ao longo dos sete anos analisados.

A partir destas considerações gerais, fizemos também uma análise sobre os resultados colhidos ao final do período, relativos ao ano de 2014. Neste sentido surpreende o município de Santa Rosa do Purus/AC, pelo crescimento impetuoso que as taxas apresentaram ao longo do período, culminando com 8,4 pontos percentuais acima da média do período, ou seja, enquanto a média observada nos sete anos de informações chegava a 76,7% de aprovação, o ano de 2014 acusou uma taxa de 85,1% de aprovações.

Níveis de reprovação no ensino fundamental

De forma semelhante, avaliamos também os índices de reprovação e evasão. Ambos mostram uma boa redução ao longo do período estudado. A taxa média de reprovação que ultrapassava os 14% no início do período, alcançou 10,8% no último ano, uma redução de 3,6 pontos percentuais para o conjunto das cidades gêmeas, enquanto no país em geral esta redução alcançou 3,2 pontos.



De qualquer forma, os índices de reprovação ainda continuam se mantendo bastante elevados se comparados à média nacional. Todavia chama a atenção de que o conjunto das cidades gêmeas apresenta melhoras contínuas ao longo do período analisado, enquanto o Brasil como um todo mostra um rápido recrudescimento da taxa de reprovações ao final do período, tal como ocorre também nas maiores cidades que aqui usamos como referência (Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro e Brasil).

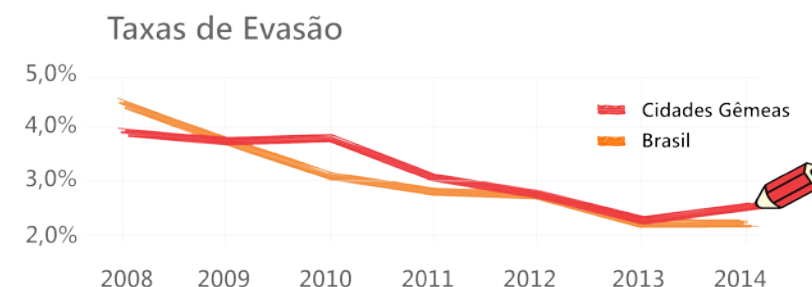
Avaliando, porém, as cidades isoladamente, ao final do período aparecem gratas surpresas, como é o caso de Epitaciolândia/AC e Pacaraima/RR como os municípios com os menores índices de reprovação, próximos de 5%, enquanto o país em geral acusa um volume de 8,6% em 2014. Até mesmo cidades como Curitiba (7,3%) e Rio de Janeiro (9,2%) surpreendem pelos altos índices que, todavia, não conseguiram reduzir.

Ao longo do período em análise, novamente Dionísio Cerqueira/SC se mostra imponente, pois consegue manter uma média de apenas 5,7% de reprovações no ensino fundamental, enquanto Jaguarão/RS detém o maior índice médio de reprovações, alcançando 20,4% entre 2008 e 2014.

Em termos de performance, Santa Rosa do Purus/AC conseguiu reduzir a taxa de 24,3% em 2008 para apenas 6,4% em 2014, uma redução de 17,9 pontos percentuais. No outro extremo, porém, encontram-se cinco cidades gêmeas que acabaram acusando crescimento nesta taxa, cujo expoente maior é Paranhos/MS que teve um aumento de 8,3 pontos percentuais entre o início e o final do período.

Níveis de evasão no ensino fundamental

Como já observado anteriormente os índices de evasão vem reduzindo efetivamente ao longo do tempo. Neste contexto, o conjunto das cidades gêmeas apresenta características muito semelhantes ao restante do país, com uma boa redução destas taxas ao longo do período.



Individualmente as melhores taxas em 2014, são apresentadas por Barra do Quaraí/RS e Porto Xavier/RS, com apenas 0,2% de evasão, seguidos de perto por São Borja/RS (0,3%). Entre os seis municípios de menor volume de evasões o destaque é para o estado do RS que participa com cinco destas municipalidades. Todas as cidades gêmeas estão muito abaixo do índice médio brasileiro que alcança 2,2%. Infelizmente Santa Rosa do Purus/AC ainda mantém uma taxa de abandono próxima de 8%, sofrendo inclusive uma ampliação no último ano.

Na média, ao longo do período, os municípios de Barra do Quaraí/RS, Aceguá/RS e Barracão/PR continuam mantendo os melhores índices, seguidos de perto pelas demais cidades gêmeas gaúchas.

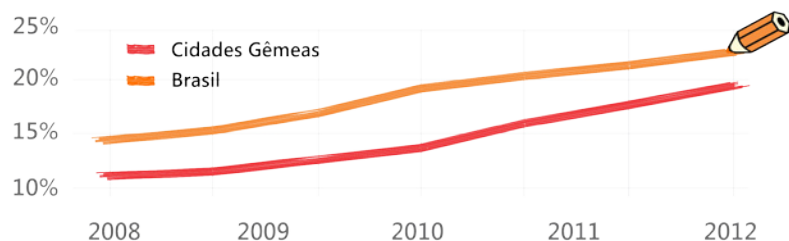
Matrículas em creches

Segundo o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei Federal nº 13.005/2014, até junho de 2024 (final da vigência do PNE), pelo menos 50% das crianças de 0 a 3 anos de idade, deverão estar sendo atendidas em creches. Obviamente, quanto maior for a oferta de vagas em creches de forma imediata, mais estimulante será o desenvolvimento destas crianças na sua idade inicial.

Para a consecução desta parte do estudo, buscou-se o volume de crianças matriculadas em creches e o volume populacional dos municípios, segundo sua faixa etária. Infelizmente os órgãos oficiais só disponibilizam estas informações de faixa etária até o ano de 2012, motivo pelo qual nossa análise fica limitada ao período de 2008 a 2012.

Na avaliação dos dados coletados, observou-se que o Brasil alcançou em 2012 uma taxa de 22,62% de matriculados em relação ao volume da população brasileira nesta faixa etária, enquanto no conjunto das cidades gêmeas este nível chegou apenas a 19,07%.

Índice de matrículas em creches



Em termos individuais Porto Xavier/RS mais uma vez se destaca, tendo em vista que consegue oferecer vagas para cerca de 40% das crianças em idade entre 06 aos 14 anos, tendo conseguido um sobressalto justo no ano de 2012, onde houve um acréscimo de oferta no número de vagas nas suas creches. Seguem com volumes de atendimento superiores a 30% os municípios de Quaraí/RS e Mundo Novo/MS, o que representa um forte indutor educacional nas crianças de idade pré-escolar.

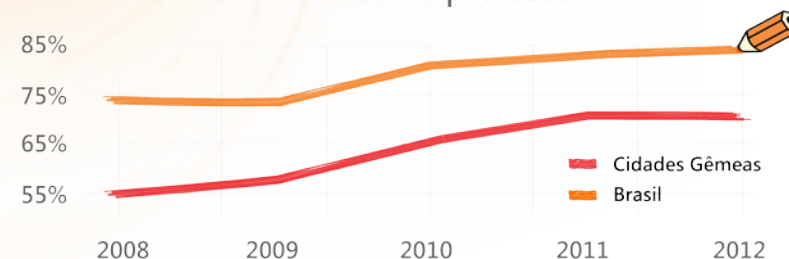
Matrículas na pré-escola

A legislação que trata da necessidade de vagas na pré-escola está sedimentada sobre o artigo 208, Inciso I da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda nº 59/2009, ratificada no Plano Nacional de Educação, prevê que para 2016, TODAS as crianças da faixa etária entre 4 e 5 anos tenham vaga assegurada.

Assim posto, seria de se esperar que grande parcela de municípios já estivesse próxima a atingir a meta, todavia o que se verifica é que são poucos os municípios que se aproximam dela.

O conjunto das cidades gêmeas alcançou, em 2012, uma taxa de 70,62%, enquanto a média brasileira alcançou 83,73%.

Índice de matrículas na pré-escola



Individualmente, o município destaque é prioritariamente Dionísio Cerqueira que já em 2012 estava próximo de atingir a meta, com uma taxa de 98% de atendimentos efetivados. Por outro lado, Coronel Sapucaia, neste mesmo ano, alcançou apenas 35% das suas necessidades. Além deste, os municípios de Santa Rosa do Purus/AC, Chui/RS e Porto Murtinho/MS, em 2012, sequer alcançaram 50% das vagas exigidas.

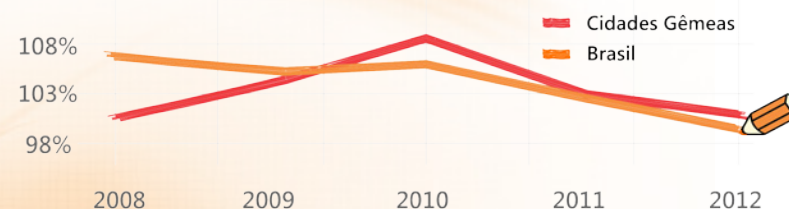
Matrículas no fundamental

No ensino fundamental a realidade é outra. O volume de matrículas é muito semelhante ao volume de pessoas com a faixa etária entre 6 e 14 anos, conforme preceitua o PNE, com fins de avaliação da população em idade escolar para frequentar o ensino fundamental.

Os números mostram que no país em geral, inclusive com redução destes índices ao longo do período, existem vagas para 99,58% da população brasileira com esta faixa etária. Já para o conjunto das cidades gêmeas, este percentual alcança 100,82%, ou seja, superior até mesmo ao volume de pessoas da faixa etária indicada. Estes números nos levam a concluir que possivelmente exista uma má distribuição das vagas pelo país, posto que identificamos, a nível nacional, que em algumas regiões, principalmente nas grandes capitais, que o número de vagas não é suficiente.

Ainda que os números das matrículas efetivadas sejam bastante positivos, nos departamentos com a realidade inversa, das altas taxas de evasão e reprovação. Com destaque em reprovações para Jaguarão/RS com 20,4%, Corumbá/MS 20,3% e Paranhos/MS com 19,8%.

Índice de matrículas no fundamental



De modo geral, observa-se que houve um pico de atendimento em 2010, mas que posteriormente se redimensiona para níveis inferiores, mas ainda maiores do que a média nacional.

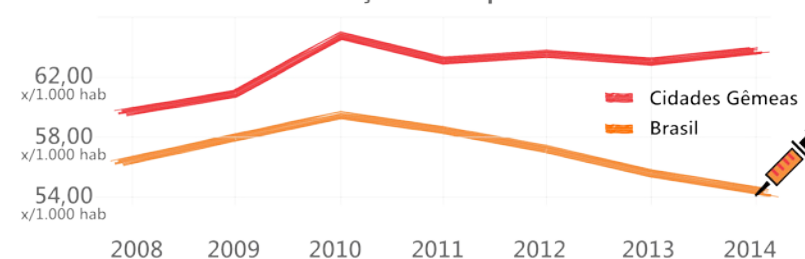
O que surpreende, porém, são os altos índices observados para Assis Brasil/AC e Santa Rosa do Purus/AC, onde o fenômeno de deslocamento de alunos interfronteiras é bem mais significativo, aliás, Assis Brasil, chegou próximo a 200% de atendimentos no ensino fundamental em 2009.

Já o município de Chui/RS que em 2012 não conseguiu manter nem 50% das matrículas efetivas, como apresentava nos anos anteriores. Mas todos os demais municípios apresentam taxas de matrícula superiores a 80% em relação à população de suas cidades, naquela faixa etária.

Devemos ter em conta que, nas cidades de fronteira, ocorrem muitas matrículas de alunos procedentes dos países vizinhos, o que contribui para que em alguns casos o número de matrículas seja alto, inclusive, maior do que o número de alunos dentro da faixa etária correspondente.

e continuou ampliando-se durante o período estudado.

Índice de internações hospitalares



Na média geral do Brasil, este índice começa a reduzir apenas a partir de 2010. Da mesma forma as cidades gêmeas, que tiveram aumento no índice até 2010, chegaram a alcançar 64,79 internações para cada 1.000 habitantes.

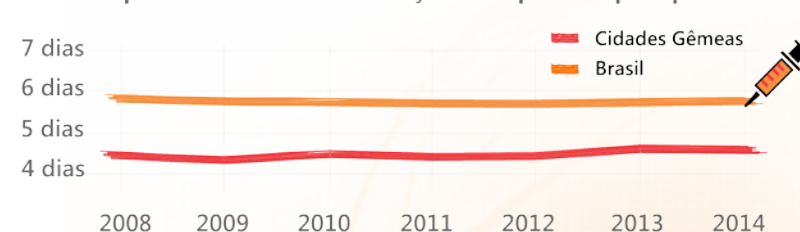
Em termos individuais, destaque para Chui/RS e Tabatinga/AM com índices superiores a 25 internações, enquanto no outro extremo, encontram-se os municípios de Mundo Novo/MS e Aceguá/RS com índices superiores a 100 internações. Barracão/PR e Guaira/PR alcançaram 77 e 88 internações.

No caso de Chui/RS, os índices ao longo do período mostram contínua redução, com exceção de 2014, quando houve um aumento repentino. Foz do Iguaçu é a cidade que mais se destaca neste sentido, não apenas por ser a maior cidade de fronteira, mas também, como na educação, a saúde também atende os habitantes dos países vizinhos.

Tempo de Internação por paciente

No que diz respeito ao tempo médio de internação por paciente, o conjunto das cidades gêmeas mantém um índice estável de 4,47 dias, enquanto no país como um todo, este tempo é de 5,75 dias.

Tempo médio de internação hospitalar por paciente



Apesar do Ministério da Saúde recomendar internações preferencialmente de

ESTRUTURA DA SAÚDE

“A promoção e proteção da saúde são essenciais para o bem-estar do homem e para o desenvolvimento econômico e social sustentável. Isto foi reconhecido há mais de 30 anos pelos signatários da Declaração de Alma-Ata, que assinalaram que a Saúde para Todos contribuiria tanto para melhor qualidade de vida como também para a paz e segurança globais” (Relatório Mundial da saúde, OMS, 2010).

Internações Hospitalares

Existem inúmeras variáveis que podem explicar a qualidade de saúde de uma sociedade. Uma destas variáveis diz respeito aos atendimentos hospitalares, especialmente no que se refere ao volume de internações, tempo de internações e respectivo índice de mortalidade hospitalar.

Volume de Internações

Para avaliar o volume de internações entre os municípios ou entre as unidades da federação, é necessário ter um indicador que espelhe esta variável, mas passível de comparação com outros entes federados. Neste sentido, utiliza-se o índice de internações hospitalares, que nos mostra quantas internações são realizadas para cada 1.000 habitantes.

O conjunto das cidades gêmeas apresentou um índice superior à média brasileira

no máximo 24 horas, até mesmo para redução de riscos de infecção hospitalar e também para ampliar a disponibilidade dos leitos hospitalares, ainda assim nestes últimos sete anos analisados por este estudo, esta redução do tempo de internação não se mostrou presente. Entre os municípios se destaca Oiapoque/AP que apresenta um tempo de apenas 3,14 dias de internação como média do período, enquanto no outro extremo, Jaguarão acusa 6,92 dias em média de internação por paciente.

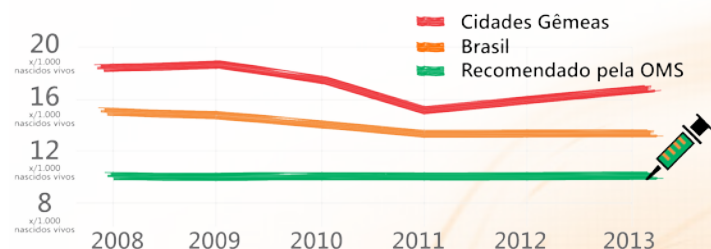
Mortalidade Infantil

Outra variável importante para se analisar é a taxa de mortalidade infantil, mensura o número de mortes de crianças menores de um ano de idade em um determinado ano por 1.000 nascidos vivos no mesmo período.

Nesta variável o Brasil vem lutando com muito vigor para reduzir a taxa, considerando que ela ainda se encontra em patamares muito elevados. Em 2013, último ano de disponibilidade de informações, este índice ainda se encontrava em 13,4, quando o limite máximo aceitável, segundo as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), não deveria ultrapassar 10 óbitos por cada mil nascidos vivos. Ainda que a taxa venha reduzindo-se, seus índices continuam acima do recomendável.

Para o conjunto das cidades gêmeas, este índice é ainda bem maior, pois se mantém próximo de 17. De outra maneira, a taxa continuava reduzindo até 2011, quando sofreu uma inflexão e iniciou um processo de elevação novamente, fechando em 2013 com 16,65 óbitos para cada grupo de mil nascidos vivos.

Mortalidade Infantil



Particularmente, três municípios apresentaram índice 0 (Porto Xavier/RS, Chuí/RS e Mundo Novo/MS) em 2013 para esta variável. Todavia, na média dos últimos seis anos de dados disponíveis, a média destes três municípios ainda se mantém bastante elevada. Além destes, pode-se citar também Quaraí/RS com um índice de 7,04 em 2013, mas cuja média ao longo do período alcançou 13,44.

Neste sentido, observando-se apenas as médias do período, destaque para Itaqui/RS e Dionísio Cerqueira/SC com índices levemente superiores à recomendação mun-

dial da OMS. Ou seja, entre as cidades gêmeas, nenhum município alcançou o índice máximo indicado.

EMPREGO E RENDA

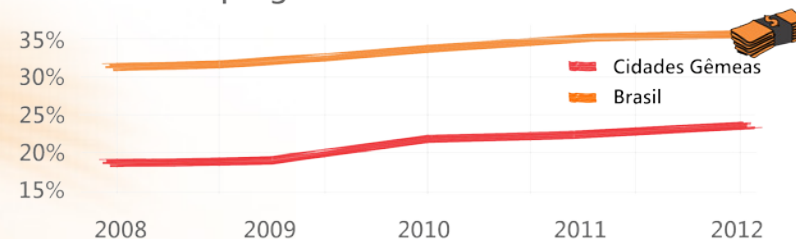
“Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.” (Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo 23º).

Emprego

Na análise das condições gerais de desenvolvimento de uma sociedade, não basta apenas ter bons serviços de educação e saúde, precisamos, sobretudo, ter bons níveis de emprego e boa geração de renda. Nesta ótica, o estudo pretende também levantar dados sobre estas variáveis, bem como uma análise sobre as receitas públicas municipais e sua dependência em relação a outros níveis de governo.

Na comparação com a média do país, o conjunto das cidades gêmeas fica bastante aquém dos valores apurados para o Brasil como um todo, pois enquanto este apresenta um volume de aproximadamente 35,7% da PEA formalmente empregada, nas cidades gêmeas, apenas 23,6%, ou seja, pouco mais de um quinto da força de trabalho disponível.

Taxa de emprego formal relativo à PEA



Individualmente, Foz do Iguaçu é o destaque por apresentar o maior índice de empregos, mas ainda inferior à média brasileira. Em instância imediatamente seguinte aparece Barracão/PR também com uma taxa superior a 30% de aproveitamento da população economicamente ativa.

No outro extremo, porém, vários são os municípios que aproveitam menos de 20% da força de trabalho disponível, especialmente Tabatinga/AM e Santa Rosa do Purus/AC, com níveis inferiores a 8%, os quais se mantiveram ao longo do período.

Observando-se os números do emprego, para o conjunto das cidades gêmeas,

verifica-se um índice bastante limitado da população economicamente ativa formalmente empregada, se comparada à média do Brasil, e principalmente se observados os índices de emprego das cidades maiores que referenciamos neste trabalho. Esta peculiaridade necessariamente leva à ampliação da economia informal que, de uma forma ou outra, precisa buscar modos de gerar renda para sua subsistência, o que normalmente se consolida de forma mais imediata e mais fácil no submundo do contrabando.

Em números absolutos, a média brasileira é de 33,5% da força de trabalho empregada, enquanto no conjunto das cidades gêmeas este percentual alcança apenas 21,1%. Nas cidades referenciadas este índice fica acima de 60%. Se fossemos apenas imaginar que as cidades gêmeas acompanhassem a média brasileira, necessariamente outros 12,4% da PEA deveriam também se encontrar formalmente empregada, o que representa um contingente de 94.800 pessoas, no conjunto das 30 cidades gêmeas.

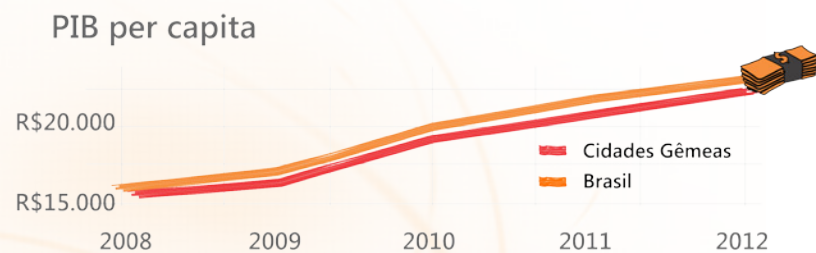
Especificamente para Foz do Iguaçu, observamos que, em média, apenas 26,4% da PEA encontra-se formalmente empregada. Para alcançar a média brasileira, outras 13.851 pessoas também deveriam estar empregadas.

Se nos reportarmos ao Estudo do “Custo do Contrabando”, onde estimamos que aproximadamente 15.000 pessoas estejam envolvidas diretamente com o contrabando apenas na região de Foz do Iguaçu, podemos concluir que, nessa cidade, na soma deste contingente, com o contingente formal e legalmente empregado, estaríamos exatamente dentro da média brasileira do percentual da PEA empregada.

Produto Interno Bruto (PIB)

A partir da estrutura empregatícia observada, verificamos que o Produto Interno Bruto gerado não acompanha este diferencial observado no potencial de mão de obra empregada, pois o conjunto das cidades gêmeas alcançou um PIB per capita de R\$ 21.793,57 em 2012, quando a média do país foi de R\$ 22.649,34, uma diferença mínima inferior a 4%.

Contudo, entre os anos de 2008 e 2012 o crescimento do PIB nas cidades gêmeas foi inferior à média nacional com descenso progressivo, ocasionando o afastamento também progressivo da média nacional.



Em termos individuais, o maior PIB per capita está sendo gerado por Corumbá/MS, que alcançou R\$ 35.663,76 em 2012, seguido de perto por Chui/RS, Barra do Quaraí/RS e Foz do Iguaçu/PR, todos acima de R\$ 30 mil reais per capita.

No outro extremo temos Tabatinga/AM com apenas R\$ 4.887,38 de PIB per capita gerado. Este nível, aliás, mostra-se bastante estável ao longo do período. Na sequência aparecem os municípios de Santa Rosa do Purus/AC, Paranhos/MS e Coronel Sapucaia/MS com valores inferiores a R\$ 10 mil em média por habitante. Neste contexto, é importante salientar que são justamente estas cidades que acusam os menores volumes de emprego formal, em relação ao potencial da população economicamente ativa.

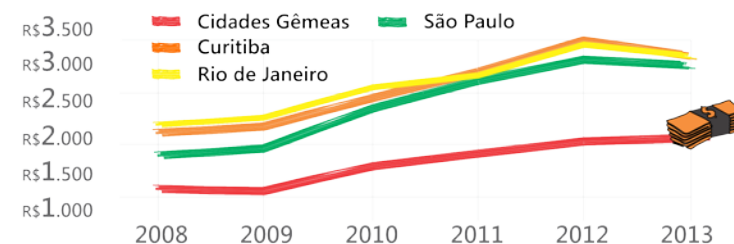
Avaliando a variação que este indicador sofreu ao longo do tempo, considerando especialmente o período em análise, observamos que o crescimento, a partir de 2008, se ampliou significativamente para alguns municípios, especialmente Ponta Porã/MS com crescimento de 74,43% até 2012, seguido de perto por Mundo Novo/MS, com 63,82%. No outro extremo, encontramos Porto Xavier/RS, que acusou uma retração de 36% no seu PIB per capita, apesar de indicar que ao longo do período houve significativas oscilações de um ano para outro.

No conjunto das cidades gêmeas, o crescimento do PIB per capita foi de 38,22%, enquanto o Brasil como um todo teve uma expansão nominal de 41,63%. Aliás, as grandes cidades que citamos como referência neste trabalho, também tiveram variação positiva, mas inferior à média brasileira.

Receitas Municipais

Um importante indicador para avaliar o desenvolvimento econômico do município é analisar o índice de arrecadação per capita e o quanto deste índice é gerado pela sua própria estrutura produtiva, sem depender de outros níveis de governo.

Receita Municipal Per Capita



Com respeito a Receita Municipal Per Capita, a média arrecadada pelo conjunto das cidades gêmeas é bastante inferior a cidades maiores como Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro. Isto se justifica à medida em que as cidades gêmeas, na prática, são municípios menos dinâmicos em sua economia, por serem municípios predominantemente de produção primária, gera menor renda da produção, motivo pelo

qual as receitas públicas acabam também ficando aquém do que ocorre com municípios maiores, com maior diversificação da economia e, portanto, geradora de maior rentabilidade.

Ao particularizarmos a análise dos municípios entre si, vamos observar que Aceguá/RS tem uma surpreendente arrecadação per capita, superior às grandes cidades já nominadas, alcançando um valor de R\$ 4.150,89, em 2013. É interessante observar que este valor não é exclusivo de 2013, mas vem mantendo-se elevado ao longo do período em análise. Em seguida aparecem os municípios de Barra do Quaraí/RS e Porto Murtinho/MS, com uma arrecadação municipal per capita de R\$ 3.564,27 e R\$ 3.467,68 respectivamente.

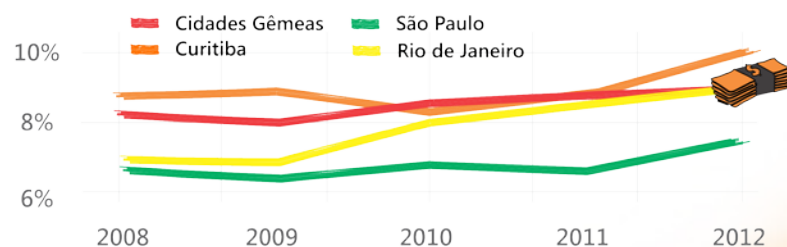
No outro extremo, aparece Oiapoque/AP com apenas R\$ 815,60 de arrecadação per capita em 2013.

Equivalência do PIB na arrecadação municipal

Ao cruzarmos as informações relativas à arrecadação municipal com o PIB gerado, é interessante avaliar qual o poder de arrecadação que o município possui diante da renda gerada pelo PIB.

Se utilizarmos as cidades de referência para avaliar esta relação com o conjunto das cidades gêmeas, observa-se uma relação muito próxima uma da outra, pois enquanto Curitiba alcança uma arrecadação municipal próximo de 10% do PIB, Rio de Janeiro chega a quase 9% e São Paulo a 7,5%. Enquanto isto, as cidades gêmeas, em seu conjunto, conseguem atingir uma arrecadação também próxima de 9%.

Percentual do PIB arrecadado



Em termos de municípios, destaque para Santa Rosa do Purus/AC que acusa uma arrecadação equivalente a 44,88% do PIB gerado pelo município. Na sequência aparece Paranhos/MS com 35,21%. São índices elevados, se comparados com os municípios maiores anteriormente referidos.

Autonomia financeira dos municípios

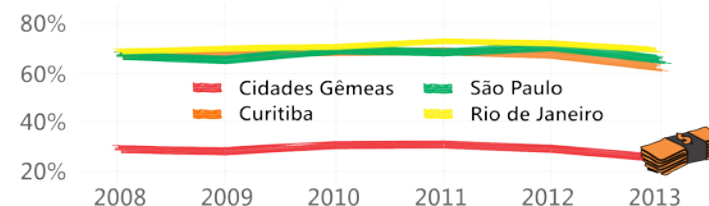
Como complemento às análises realizadas com as receitas municipais é importante também verificar o quão autônomo são os municípios no que concerne aos recursos que lhe são possíveis arrecadar.

Neste sentido, observamos que os municípios maiores apresentam um nível de dependência próximo a 35% de recursos provenientes de outros níveis de governo e, portanto, apresentam uma autonomia financeira de cerca de dois terços da sua arrecadação total.

O inverso ocorre com o conjunto das cidades gêmeas. Para estas, a transferência de recursos de outros níveis de governo é fundamental para sua sobrevivência, pois possuem autonomia de gerar cerca de 25% de receitas próprias.

Aqui é importante destacar que 2013 foi um ano atípico, pois reduziu o volume de recursos transferidos dos demais entes federados. Porém, na média ao longo do período de 2008 a 2013, as cidades gêmeas, no conjunto, arrecadaram apenas 27,41% de receita própria, enquanto Curitiba e São Paulo arrecadaram algo próximo de 65% e Rio de Janeiro 67%.

Autonomia financeira municipal



Entre os municípios, utilizando a média do período, Santana do Livramento/RS é o município de maior arrecadação de receita própria, alcançando 42,8% da arrecadação total, seguido de perto por Foz do Iguaçu/PR, com 41,71% e Guaíba/PR com 37,19% de seu orçamento total.

No outro extremo situa-se Santa Rosa do Purus/AC com uma média inferior a 5% de arrecadação própria, apesar de que neste último ano da série, alcançou 19,34%. Outros municípios que, na média, também obtiveram pouca arrecadação própria encontram-se Brasília/AC, com 5,01%, Bonfim/RR com 6% e Coronel Sapucaia/MS com 6,5% de receita própria.

Em 2013, com exceção de Coronel Sapucaia/MS, os demais municípios tiveram significativo crescimento na sua receita.

SEGURANÇA

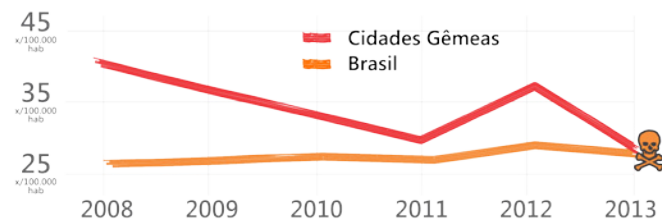
“Assegurar a todos o exercício dos direitos fundamentais, como o direito à vida, à liberdade pessoal, à integridade física, à inviolabilidade da intimidade, do domicílio e das comunicações pessoais, à propriedade, o direito à legalidade, à segurança das relações jurídicas. O direito de segurança é um conjunto de ações estatais destinadas a preservar a ordem e a tranquilidade das pessoas mediante dúplice aspecto: preventivo e repressivo de condutas ilícitas”. (Constituição Federal)

Uma grande problemática que sempre aflora na busca de informações sobre as cidades de fronteira, diz respeito ao nível de segurança existente nos diferentes municípios. Desta forma, não poderíamos deixar de levantar também os dados referentes a este segmento.

Homicídios

O indicador mais comumente utilizado para avaliar o índice de homicídios de um espaço geográfico é calculado levantando-se o número de óbitos para cada 100 mil habitantes. Neste sentido, observando-se os dados compilados, para o período de 2008 a 2013, verifica-se que o Brasil apresenta um crescimento deste índice ao longo do período, enquanto o conjunto das cidades gêmeas mostra um índice inverso com significativa retração de seu valor, apesar de mostrar certa oscilação nos últimos anos.

Índice de Homicídios



Entre os municípios, algumas discrepâncias são observadas. Enquanto quatro municípios (Santa Rosa do Purus/AC, Barra do Quaraí/RS, Chuí/RS e Jaguarão/RS) apresentaram índice “0” de óbitos em 2013, no outro extremo temos Coronel Sapucaia/MS com um índice de 95,84 homicídios e Guaíba/PR, com 68,34 homicídios para cada 100 mil habitantes.

No período em análise, Santa Rosa do Purus/AC e Barra do Quaraí/RS tiveram índice “0”, seguido por Jaguarão/RS com uma média de 4,98 óbitos, enquanto os demais apresentaram índices superiores a 10 homicídios para cada 100 mil habitantes.

No outro extremo, continuamos tendo Coronel Sapucaia/MS e Guaíba/PR com os índices mais elevados, atingindo 102,31 e 99,62 óbitos respectivamente, seguidos por Foz do Iguaçu que, na média, apresenta um índice de 63,13 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes.

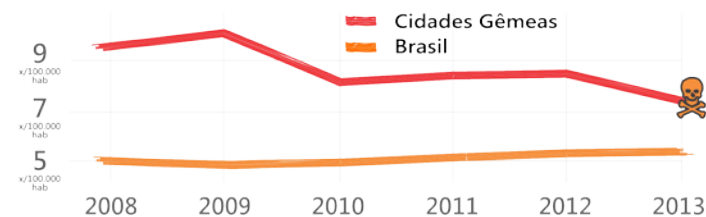
Suicídios

De forma semelhante ao conceito utilizado para avaliar os homicídios, utilizamos o cálculo do volume de suicídios ocorridos para cada 100 mil habitantes.

Neste sentido, mais uma vez verificamos que este índice se mostra crescente em termos de país, e decrescente quando avaliado o conjunto das cidades gêmeas, apesar de algumas oscilações ao longo do período.

É importante observar, todavia, que este índice para o grupo das cidades gêmeas é ainda bastante superior à média brasileira, pois mesmo decrescendo, chegou a 7,36 suicídios em 2013, enquanto o Brasil alcançava 5,24 suicídios para cada 100 mil habitantes.

Índice de Suicídios



Em 2013, os números mostram que sete municípios tiveram índice “0” de óbitos tratando-se de suicídios. Porém no outro extremo temos Tabatinga/AM com um elevado índice, próximo a 40 suicídios para cada grupo de 100 mil habitantes, só em 2013.

Se tomarmos, porém, a média de suicídios em todo período em análise, vamos observar que continuamos tendo dois municípios (Santa Rosa do Purus/AC e Barra do Quaraí/RS) com índice “0”. Na sequência Foz do Iguaçu/PR e Corumbá/MS com índice abaixo de 5 suicídios.

No extremo oposto, encontramos Paranhos/MS e Coronel Sapucaia/MS com os índices mais elevados, alcançando 46,32 e 36,04, respectivamente, na média do período.

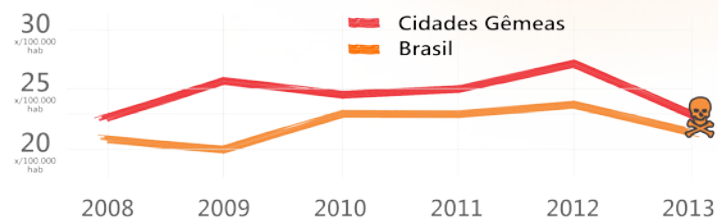
Acidentes com veículos/trânsito

Outro indicador bastante utilizado em relação à segurança diz respeito à segurança no trânsito, onde também buscamos levantar o volume de óbitos para cada 100 mil habitantes.

Com o aumento constante de veículos, sem uma proporcional adequação de nossas vias de trânsito, a tendência é de que este indicador continue crescendo, tal como os números do período em análise já vem demonstrando.

Mesmo tendo havido uma boa redução ao final do período, ainda assim, o índice encontra-se superior a 20 óbitos para cada 100 mil habitantes, inclusive, para o conjunto das cidades gêmeas este índice é levemente superior à média brasileira.

Índice de Óbitos por Acidente de Trânsito



Já entre os municípios, Santa Rosa do Purus/AC se destaca por não ter apresentado nenhum óbito ao longo do período em estudo. Mas outros três municípios (Assis Brasil/AC, Aceguá/RS e Barra do Quaraí/RS) também se destacaram por terem conseguido manter índice "0" em 2013.

É importante destacar que temos cinco outros municípios com índice abaixo de 10 óbitos, como é o caso de Tabatinga/AM, por exemplo, que também é o município que, na média de todo o período, alcançou o índice mais baixo entre as cidades gêmeas, com apenas 7,57 óbitos para cada 100 mil habitantes.

No outro extremo encontramos Barracão/PR que, na média do período, acusa um elevado índice de 54,7 óbitos, apesar de que ao final deste tempo tenha reduzido este índice para 29,58. Especificamente em 2013, o município que mais teve perdas por este indicador foi Coronel Sapucaia/MS, atingindo um índice de 47,92 óbitos para cada 100 mil habitantes.

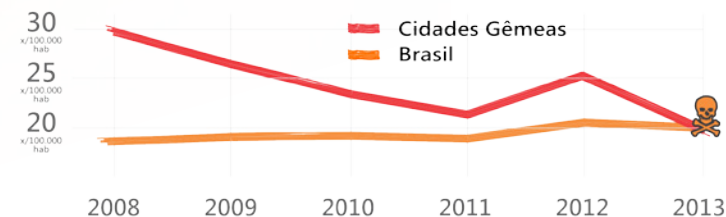
Óbitos por agressão com Arma de Fogo

Para tratar dos indicadores de Segurança Pública, levantamos junto ao DATASUS os índices dos óbitos ocorridos por agressão com uso de Armas de Fogo¹ ocorridos no período estudado, em relação a cada 100 mil habitantes.

Os dados nos mostram que no conjunto das cidades gêmeas está ocorrendo uma significativa redução no valor deste índice, alcançando em 2013 valores inferiores à

média brasileira, que se mostra crescente, pois se em 2008 os números apontavam cerca de 18,8. Em 2013 este indicador se ampliou para 20,08 para o Brasil como um todo.

Índice de Óbitos por Arma de Fogo



Analisando os dados individualmente, constata-se que 3 municípios apresentaram índice zero para este indicador, na média dos últimos 6 anos em que se possui disponibilidade de dados.

Todavia, Guaíra/PR acusa disparado o maior índice (86,63), na média do período, seguido de perto por Foz do Iguaçu/PR, Coronel Sapucaia/MS, Ponta Porã/MS, Mundo Novo/MS, Tabatinga/AM e Paranhos/MS pela ordem, todos com índices superiores a 25 óbitos por arma de fogo para cada 100 mil habitantes, quando a média nacional não chega a 20 e São Paulo, apenas como referência, atinge apenas 9,93 óbitos, na média do período.

É inegável que estes altos índices de violência freiam o crescimento econômico e oprimem a população. Para que o desenvolvimento destas regiões de fronteira seja realmente possível, a questão da segurança deve ser tratada com extrema prioridade, posto que nos deparamos com altíssimos índices de violência, sobretudo no que diz respeito as cidades de Coronel Sapucaia/MS, Paranhos/MS, Mundo Novo/MS, Guaíra/PR, Tabatinga/AM e Foz do Iguaçu/PR, onde esta característica é encontrada também em suas gêmeas.

1 - Classificadas nas categorias CID-10 como X93 a X95

CONCLUSÕES

Ao levantarmos os dados referentes aos 4 pilares do desenvolvimento; Educação, Saúde, Emprego & Renda e Segurança, podemos constatar as grandes disparidades existentes entre as cidades de fronteira e o restante do país.

São muitos os fatores externos que influenciam enormemente para que estas diferenças ocorram. Podemos tomar como exemplo, o alto índice de reprovações existente na cidade de Paranhos/MS, onde as atividades informais como o contrabando e o tráfico, envolvem jovens em idade escolar, contribuindo negativamente no rendimento escolar, aumentando os índices de reprovação e evasão.

Neste sentido podemos fazer uma breve análise ressaltando o que já havíamos levantado em outros estudos: as atividades informais, como o comércio do contrabando por exemplo, atraem muitas pessoas pela falsa ilusão do trabalho fácil e grande lucratividade. Este pensamento se vê refletido nos jovens e adolescentes, que cresceram vendo seus pais trabalhando nestas atividades e que, sem maiores expectativas, seguem o mesmo caminho, deixando de lado os estudos e o emprego formal, para se enfrontarem nas atividades ilícitas, moldados pelo meio que os cerca.

É justo reconhecer que, de forma geral, os índices relacionados com a educação em alguns aspectos sofreram uma pequena melhoria, como por exemplo, nos índices de aprovação. Mas, por outro lado, deparamo-nos com altos índices de matrículas efetivadas, cuja razão dá-se porque pessoas que residem do outro lado da fronteira atravessam para o Brasil todos os dias para estudarem em nossas escolas. De forma semelhante, também vem ocorrendo em nosso sistema de saúde, que todos os dias atende pessoas procedentes dos países vizinhos.

Outrossim, inúmeras pessoas que vivem em um país atravessam a fronteira todos os dias para trabalhar do outro lado, formal e também informalmente. O comércio também é compartilhado, o transporte público, e praticamente todos os equipamentos e serviços, sendo em um primeiro momento seriam de uso exclusivo dos residentes, passam a ser compartilhados diuturnamente entre as cidades gêmeas.

É possível afirmar, inclusive, que uma cidade de fronteira não existe por si só, sem a influência de sua gêmea. Elas coexistem no mesmo espaço e os acontecimentos sociais e principalmente econômicos se refletem diretamente na dinâmica da outra.

No cotidiano, uma cidade de fronteira sempre estará à mercê das forças de compartilhamento, quer sejam de aspectos positivos quanto de negativos. Esta interdependência surge de forma natural e espontânea, posto que as necessidades básicas do ser humano, nem sempre se limitam às suas fronteiras, motivo pelo qual os menos estruturados simplesmente buscarão apoio no que tiver de melhor, nos que oferecere-

rem melhores possibilidades, condições e mais ampla oferta, seja em educação, saúde, cultura, diversão, comércio, segurança, trabalho, ou qualquer outra necessidade que possa ser facilmente solucionada, ainda que seja “do outro lado”.

Esta análise nos leva a concluir, que nosso país carece de políticas públicas específicas para as regiões de fronteira, com efetiva aplicabilidade, e mais do que políticas públicas a nível nacional, carece de políticas públicas de cooperação, posto que esta simbiose nasce de forma natural entre as cidades gêmeas, o que, por consequência, deveria também ocorrer com as políticas públicas.

Criar ferramentas de integração e desenvolvimento fronteiriço certamente abrirá as portas para uma grande melhora na qualidade de vida destas populações, como também deverá aquecer a economia regional e transnacional.

Esta cooperação, mesmo que informalmente já exista, é uma característica nata das cidades gêmeas, onde a necessidade de estudar o potencial e conhecer a vocação de cada uma delas é uma peculiaridade fundamental para se criar políticas de desenvolvimento integrado, com planejamento consciente e assim fomentar o desenvolvimento progressivo de ambas margens da fronteira.

FONTES

- DATASUS - Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
- MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
- INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
- Declaração Universal dos Direitos Humanos
- Fórum Nacional de Educação, Brasília, 2013
- Constituição Brasileira
- Relatório Mundial da Saúde, OMS, 2010

Equipe Técnica IDESF

- *Coordenação Geral:* Luciano Stremel Barros
- *Coordenação Técnica:* EGOPE/IDESP
- *Supervisão:* Valéria Mariotti
- *Texto:* Valéria Mariotti /Adriano Dirceu Strassburger
- *Apoio Técnico:* Vanessa Miranda
- *Gráficos e Tabelas:* Adriano Dirceu Strassburger
- *Revisão final:* Vanessa Miranda /Verônica Aparecida de Oliveira Albuquerque
- *Diagramação:* Flávio Chrun

Matriculas na Fundamental x População de 6 a 14 anos nos Municípios "Cidades-gêmeas" fonte:

Table with 12 columns: Código IBGE, Municípios, Estado, 2.008, 2.009, 2.010, 2.011, 2.012, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012. Rows include municipalities like Guajará - Mirim, Assis Brasil, Brasília, etc.

Volume Interações nos Municípios "Cidades-gêmeas" fonte:

Table with 13 columns: Código IBGE, Municípios, Estado, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, Média. Rows include municipalities like Guajará - Mirim, Assis Brasil, Brasília, etc.

Volume Interações nos Municípios "Cidades-gêmeas" fonte:

Table with 11 columns: Código IBGE, Municípios, Estado, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, Média. Rows include municipalities like Guajará - Mirim, Assis Brasil, Brasília, etc.

Volume Dias de Internação nos Municípios "Cidades-gêmeas" fonte:

Table with 12 columns: Código IBGE, Municípios, Estado, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, Média. Rows include municipalities like Guajará - Mirim, Assis Brasil, Brasília, etc.



CARACTERÍSTICAS DAS SOCIEDADES DE FRONTEIRA



Acesse o site www.idesf.org.br e conheça mais
sobre o Instituto e sobre seus estudos